

TERRITÓRIO, TRABALHO E MEMÓRIA: O PASSADO PRESENTE E O PRESENTE PASSADO NO QUILOMBO BOQUEIRÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Marcos Paulo Alves Monção
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: 2021a0058@uesb.edu.br

Miriam Cléa Coelho Almeida
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: miriam.coelho@uesb.edu.br

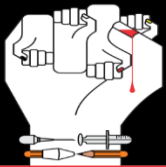
2826

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas vêm sendo objeto de estudo nos últimos anos em diferentes campos do conhecimento e, em especial, na Geografia. Existem comunidades em quase todos os estados e a Bahia se destaca por apresentar o maior número, totalizando 1.046 comunidades remanescentes. O recorte espacial da pesquisa em andamento, se dá na região Sudoeste da Bahia, aproximadamente, 43 km de distância do centro urbano de Vitória da Conquista; lugar onde vive uma comunidade remanescente, conhecida como Boqueirão.

Esse trabalho é um estudo preliminar, proposto para pesquisa de mestrado em Geografia e tem por objetivos: analisar o processo de formação do território quilombola do Boqueirão; conhecer a comunidade e os vínculos territoriais estabelecidos; compreender a participação do Estado na constituição e consolidação do território; verificar a existência de conflitos e/ou disputas no processo de sua definição e, por fim, apontar o que as memórias revelam sobre a história de trabalho e suas contradições, a luta e a resistência dessa comunidade.

Considera-se que, com a análise do processo histórico, pode se ter a compreensão quanto ao processo de constituição e envolvimento da comunidade, em relação a sua trajetória, seu engajamento e consciência na luta por direitos, suas conquistas sociais, antes e após o processo de certificação realizado pela Fundação Palmares, desde 2005. Para isso, também é necessário identificar a participação ou as ações efetivas do Estado na constituição e manutenção da comunidade quilombola ao longo dos últimos anos. Ademais, compreende-se que a avaliação dos vínculos territoriais, seja com o trabalho na terra ou entre os seus pares, é fundamental para se



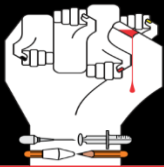
compreender as razões pelas quais o território se firmou ou se constituiu.

Tais questões oportunizam investigar os processos que geraram as condições de existência da comunidade. Nesse sentido, o conjunto de questões envolvidas, requer que se discuta o conceito território, trabalho, memória e quilombo. Para tanto, foi fundamental a revisitação das contribuições de Raffestin (1993), Saquet (2003), Oliveira (1996), Fernandes (2008), Pollak (1989), Marx (1981), Moura (1987-1981), Almeida (2002), Arruti (2008), Gomes (2015), entre outros.

O projeto originou de uma relação afetiva, mas justifica-se pela relevância histórico-geográfica. O estudo não pretende apenas conhecer os elementos descritivos dessa comunidade, mas entender a constituição do território, pois acredita-se que por meio das memórias da comunidade é também possível reconstruir a história de trabalho, de luta e de resistência do grupo.

METODOLOGIA

O percurso metodológico da pesquisa está estruturado nas seguintes etapas: inicialmente, foram feitos levantamentos, revisão bibliográfica e aprofundamento teórico, além da realização de estudos e pesquisas locais e curadoria de obras de alguns autores. Após submissão e aprovação pelo Conselho de Ética da UESB, estão sendo realizados estudos cartográficos do território e reconhecimento físico da área, embora com certa dificuldade de acesso ao local e de material cartográfico específico. Ao dar prosseguimento, foi realizada entrevista semiestruturada, com o líder comunitário e representante da Associação de moradores. Aplicação de questionário com os responsáveis de cada família, residentes no território e entrevistas com representantes institucionais, da Coordenação de Igualdade Racial, das Secretarias de Educação, de Desenvolvimento Social e de Agricultura do município. Os questionários na comunidade foram aplicados presencialmente, por meio do software (Google Forms). Adverte-se que a quantidade de formulários aplicados foi definida com base nos critérios de homogeneidade e da saturação de dados, entendido como o momento em que as respostas dadas pelos entrevistados são marcadas pela repetitividade (BABBIE, 1999). A última etapa será o levantamento e análise de documentos como: Atas de reuniões, objetos, registros históricos e fotográficos dos espaços visitados que possam enriquecer e fundamentar a pesquisa. O estudo estará embasado no método dialético, por meio de uma abordagem qualitativa, ao considerar que os fatos não podem ser tidos



fora de um contexto social. Nesse intuito, buscou-se amparo em uma metodologia que, ao mesmo tempo, mostrasse a realidade em si e as intersecções e retroalimentação com o todo. Portanto, uma relação dialética da totalidade com o objeto analisado. Desse modo, foram basilares para o desenho metodológico da pesquisa as contribuições de Kosík (1976), para quem a totalidade significa a “[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (p. 35). Nessa direção, preocupou-se em utilizar uma metodologia que considerasse o movimento dialético do processo de (re)construção da memória, ou seja, as inter-relações dos sujeitos com as condições materiais de existência.

2828

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A memória oficial brasileira, via de regra, ignorou a escravidão no que se refere aos terríveis efeitos produzidos e, infelizmente, ainda mantém uma visão discriminatória e de negação das comunidades quilombolas. Os estudos nacionais que descrevem tais espaços são importantes, contudo, nem todos analisam ou refletem sobre a diversidade das relações entre escravizados e o restante da sociedade, ou, até mesmo, as diferentes condições e formas pelas quais esses grupos se apropriaram da terra. Afinal, todo o processo envolve a terra, pois “[...] mais do que uma exclusiva dependência da terra, o quilombo faz da terra a metáfora para pensar o grupo e não o contrário” (MOURA 1981, *apud* LEITE, 2000, p. 339).

Inicia-se a discussão ao refletir sobre as categorias Território, Trabalho e Memória, haja vista que, constituem-se como elementos essenciais para a pesquisa; ricas em possibilidades, especialmente quando envolvem histórias de luta e sobrevivência, como também, ao rever o termo quilombo, vez que no Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, as comunidades negras ficaram conhecidas, primeiramente, com a denominação mocambos e só depois por quilombos. Mas, historicamente, Almeida (2011, p.47) nos lembra a definição do rei de Portugal no séc. XVIII, que aponta a sua definição e os elementos característicos de tais espaços:

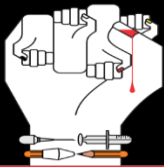
[...] quilombo é toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles. Tal conceitualização define os cinco elementos básicos marcadores de quilombos, a saber: a fuga, o

Realização:



Apoio:



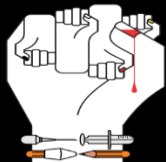


isolamento geográfico de uma suposta civilização, uma quantidade mínima de fugidos, o estabelecimento de uma moradia e autoconsumo e produção.

Lima e Nascimento (2018, p.29), retomam inclusive que: “[...] no ano de 1888, o termo quilombo foi suprimido dos textos constitucionais, pois com o fim da escravatura já não cabia mais a sua utilização”. O conceito “remanescente”, lembra algo que já não existe ou que está caminhando para o desaparecimento, e o “quilombo”, nos conduz a compreensão de unidade espacial fechada, ajustada, coesa culturalmente, que não apresenta problemas. Mas, na verdade tornou-se um território confinado, apartado e isolado socialmente. Almeida (2011, p. 64) acrescenta: “Julgo que, ao contrário, se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente [...], não é discutir o que foi, mas sim discutir o que é, e como esta autonomia está sendo construída historicamente [...]”.

Quanto aos resultados preliminares, os dados apresentam um território quilombola composto de, aproximadamente, duzentos e vinte famílias, que apresentam características similares às muitas comunidades étnicas rurais, espalhadas nas demais regiões brasileiras. Desde os primeiros encontros, já é visível a situação de vulnerabilidade e isolamento; e tal condição pode ser consequência de vários fatores associados, tais como: o silenciamento ou o desconhecimento sobre a origem e história do território; a falta de consciência quanto a direitos civis; a dificuldade de abastecimento em relação a água potável, especialmente para fomentar a produção familiar; a ausência de obras públicas essenciais, relacionadas às vias de acesso e a outras formas de mobilidade; a precariedade das habitações e da infraestrutura rural; como também, a não inserção de muitas famílias em programas específicos, que poderiam gerar formação e fortalecimento profissional, além do acesso restrito ao sistema de saúde público.

Identifica-se uma comunidade com baixa renda, com um grande número de desempregados, vivendo numa situação de dependência dos programas de governo. De modo geral, a atividade econômica desenvolvida pela comunidade está voltada para criação de galinhas, porcos, cabras e um sistema de agricultura de subsistência, onde há plantações de feijão, abóbora, palma, milho, especialmente mandioca, na qual é beneficiada na casa de farinha. Observa-se que o uso do solo é comum, promove renda e sobrevivência ao grupo; tanto a pequena criação, o plantio, quanto a comercialização



da mandioca, estão além de uma cultura de sobrevivência; apresentam-se como práticas sociais remanescentes, ligadas a um passado ainda presente.

CONCLUSÕES

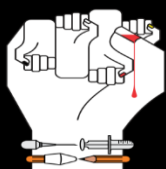
A análise dos dados preliminares da pesquisa permite compreender o imbrincamento das categorias território, trabalho, memória e quilombo na produção do espaço em apreço e no contexto histórico de comunidades como o Boqueirão. Ademais, há uma real percepção quanto ao afeto dessas comunidades ao seu território, ao caracterizar a terra como elo fundamental de sua origem. Afinal, além de ser elemento concreto e condição legítima de sobrevivência para o grupo, constitui-se como instrumento essencial de afirmação da identidade, da união dos membros, das práticas sociais, significando resistência, permanência e continuidade.

Verifica-se que o conjunto de questões apresentadas, não é particular, coloca esta e demais comunidades quilombolas da Bahia, numa preocupante situação de exclusão geográfica, ecológica e socioeconômica, que se perpetua historicamente, sendo agravada por atingir especialmente crianças e idosos. Ressalta-se, que a terra deve pensada não como propriedade individual, mas como apropriação comum ao grupo.

PALAVRAS CHAVES: Território. Trabalho. Memória. Quilombo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: Ed.UEA 2011.
- ARRUTI, J. M. **Quilombos**. In: PINHO, Os Mundo (org.). Raça: novas perspectivas antropológicas. 2. ed. Salvador: ABA/Ed. da Unicamp/EDUFBA, 2008.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte - MG: UFMG, 1999. Tradução de Guilherme Cesarino.
- FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia de territórios**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, J. E. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.
- KOSÍK, K. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio.
- LEITE, I. B. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. In: Etnográfica, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354.



GOMES, F. dos S. **Mocambos e Quilombos**: Uma história do Campesinato Negro no Brasil. Coleção Agenda Brasileira, 2015.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LIMA, V. I. de C.; NASCIMENTO, W. S. **Raízes, frutos e tramas**: pertencimentos, relações étnicas e saberes na comunidade quilombola do Baixão, (Vit.da Conq. – BA) / Vivian Ingridy de Carvalho Lima-Jequié, 2018.

MARX, K. **A origem do capital: a acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Global, 1981.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, C. **Quilombos, Resistência ao Escravismo**, São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, 2003/2001.

2831